

# TERRA, CLIMA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: RELATÓRIO ESPECIAL DO IPCC SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA E TERRA

*Entrevista com Marta Guadalupe Rivera Ferre,  
por Katie Sandwell*

Este artigo está baseado numa entrevista feita em 24 de fevereiro de 2020.

**Marta Guadalupe Rivera Ferre** é diretora da Cátedra de Agroecologia e Sistemas Alimentares da [Universidade de Vic](#). Ela trabalhou no uso potencial do conhecimento agroalimentar tradicional local na adaptação às mudanças climáticas, e participou como autora principal da Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (IAASTD), do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e Relatório Especial sobre Mudança Climática e Terra. As áreas em que ela tem atuado recentemente incluem a pesquisa agroalimentar a partir da perspectiva de teorias feministas e teorias do bem comum.

**Katie Sandwell** faz parte da equipa de programas dos projetos Drogas e Democracia e Justiça Agrária e Ambiental do [Instituto Transnacional](#) (TNI). As suas áreas de trabalho incluem transição justa, soberania alimentar, visões emancipatórias dos direitos humanos e controle democrático dos recursos. Ela é formada em filosofia e estudos ambientais, com foco em movimentos sociais e soberania alimentar.

O [TNI](#) é um instituto internacional de pesquisa e advocacia comprometido em construir um planeta justo, democrático e sustentável. Por mais de 40 anos, o TNI serve como umnexo único entre movimentos sociais, académicos engajados e estratégias políticos.

*“Toda narrativa responde a um modelo mental, e toda narrativa constrói um futuro político. Portanto, toda narrativa é política.”*

#### AGRADECIMENTOS |

Um agradecimento especial à Jennifer Franco, Lyda Fernanda Forero (TNI), e Sofia Monsalve (FIAN International) pelo apoio na preparação da metodologia para este artigo, e à Mariam Mayet (Centro Africano para a Biodiversidade), Sofia Monsalve e Philip Seufert (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | © Astrud Lea Beringer

A terra desempenha um papel crítico nos processos que sustentam a vida humana e não-humana no nosso planeta. Como a terra é usada, por quem, e com que finalidade terão impactos críticos em nosso futuro coletivo. Em agosto de 2019, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) — o órgão da ONU criado para avaliar a ciência relacionada com as alterações climáticas — publicou o seu Relatório Especial “Mudanças Climáticas e Terra”.<sup>1</sup>

O relatório aborda as complexas relações entre o clima e a terra, reunindo cientistas de renome mundial para explorar as conexões entre o nosso sistema alimentar e agricultura e as mudanças climáticas.

Nesta entrevista com uma das principais autoras do capítulo sobre segurança alimentar, tentamos entender melhor as ligações entre o clima, a terra e o direito à alimentação e nutrição. Exploramos o processo por trás do relatório, os seus pontos fortes e limitações, e algumas grandes questões sobre como podemos administrar e usar a terra para um futuro mais justo e sustentável.

**Este relatório é bastante impressionante e abrangente. A senhora também fez parte da Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (IAASTD). Como é fazer parte de uma iniciativa como essa? Em sua opinião, o que se destaca no processo do IPCC?**

Quando eu fazia parte da IAASTD, estava a trabalhar num capítulo com alguns colegas que estavam completamente convencidos de que os transgênicos/OGM seriam

<sup>1</sup> IPCC. Um relatório especial do IPCC sobre mudanças climáticas, desertificação, degradação da terra, manejo sustentável da terra, segurança alimentar e fluxos de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres. IPCC, 2019. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/resources/report/relatorio-especial-do-ipcc-mudanca-climatica-e-terra>.

a tecnologia que resolveria todos os nossos problemas relacionados com a agricultura e a alimentação. Antes de conhecê-los, eu tinha um tipo de crença não-racional de que os pesquisadores que defendiam esses argumentos estavam a ser pagos de alguma forma pelas grandes multinacionais. Quando os conheci, tive que mudar de opinião: eles diziam isso porque realmente acreditavam. São pessoas muito boas que realmente querem resolver esses problemas, mas têm uma narrativa e discurso legítimos específicos, baseados nos seus próprios conhecimentos, em suas próprias vidas e experiências.

Podemos ver isso em todas as áreas da ciência e no processo de tomada de decisões. A participação nesses espaços diversificados com diferentes tipos de pesquisadores mostrou-me que tenho que respeitar essas visões — tenho que defender a minha própria visão e perspectivas, mas também tenho que respeitar a dos outros. É claro que tento mostrar-lhes alternativas, mas essa experiência mudou minha atitude em relação a colegas que têm opiniões opostas sobre a agricultura e a alimentação. Isso ocorreu tanto no IPCC como na IAASTD.

No entanto, especialmente no IPCC, provavelmente por causa do contexto atual de emergência climática e dos avanços no pensamento sistêmico, os cientistas estavam realmente abertos a perspectivas novas, tentando reconhecer que o que estamos a fazer não está a funcionar: continuar como se tudo estivesse normal já não é mais possível.

De qualquer forma, tanto o IPCC como a IAASTD fazem parte de um processo inter-governamental. Os relatórios devem ser aprovados pelos governos. Portanto, embora sejam sempre baseados em evidências e puramente científicos, às vezes não se pode dizer exatamente o que se deseja, da forma como se gostaria. A redação é muito importante e pode haver palavras específicas que alguns governos não aprovariam. Porém, é possível desenvolver os conceitos ou processos por trás dessas palavras para dizer o que é necessário, sem usar termos sensíveis. É preciso ter esse tipo de mentalidade ao participar desses processos, como em muitos outros tipos de processos intergovernamentais. Quando uma palavra sensível é introduzida; isso já é um avanço importante. Por exemplo, a soberania alimentar aparece no último relatório do IPCC. Isso é incrível!

**A senhora trabalhou no capítulo sobre segurança alimentar. Que tipo de envolvimento esse grupo de trabalho teve com grupos de trabalho de outros capítulos?**

O relatório levou três anos de trabalho para ser escrito. Nesse período, tivemos quatro reuniões presenciais. Cada membro trabalhou remotamente com a sua equipa para o seu capítulo específico ao longo desses anos, mas nas reuniões presenciais precisávamos de nos integrar e coordenar com os outros capítulos, para garantir coerência, que o relatório tivesse algum tipo de narrativa, e que todas as opiniões e descobertas legítimas fossem incluídas. Por exemplo, se não houvesse um acordo científico sobre algo que precisava aparecer no documento. Todo esse esforço de coordenação foi realizado nessas quatro reuniões de uma semana, que eram muito intensas!

**A senhora fez muita pesquisa em agroecologia e conhecimento tradicional. É uma satisfação ver a agroecologia mencionada e apresentada como uma solução possível, mas notei que o foco era bastante técnico, sem algumas das dimensões sociais e políticas que muitas vezes são incluídas no debate em outros lugares. A senhora pode comentar a dinâmica por trás disso? Isso é uma característica necessária desse tipo de relatório, ou relatórios como esse podem ser fortalecidos com a inclusão de mais ângulos políticos e sócio-científicos?**

Bem, isso tem muito a ver com a dinâmica dos relatórios de avaliação e como eles são estruturados. O IPCC possui três grupos de trabalho: um concentra-se na dinâmica biofísica das alterações climáticas; um tem foco na adaptação; e um na mitigação, incluindo como tudo isso será tratado em termos de políticas. Então, de certa forma, o IPCC é bastante fragmentado.

Na agricultura e na alimentação, a comunidade científica vem a pedir avaliações integradas. O relatório especial sobre terras foi, de facto, uma tentativa de produzir uma avaliação mais integrada da agricultura e alimentos, através do ponto de entrada da terra. Mas produzir um relatório integrado e trabalhar em conjunto com especialistas em adaptação e mitigação ainda é novo e desafiador.

Nesse relatório, temos capítulos sobre desertificação (capítulo 3) e degradação da terra (capítulo 4) e o capítulo sobre segurança alimentar (capítulo 5), do qual participei. Então, as sinergias e a troca são abordadas no capítulo 6 e as políticas no capítulo 7. Portanto, embora reuniões para comparar capítulos sejam realizadas e haja um esforço de integração para garantir coerência, ainda assim autores e autoras diferentes escrevem capítulos distintos. Portanto, o meu capítulo trata da agroecologia, mas apenas no contexto da segurança alimentar.

Analisamos a segurança alimentar em todas as suas dimensões, e como elas são impactadas pelas alterações climáticas. Também abordamos como os sistemas alimentares afetam as mudanças climáticas em termos de emissões de gases de efeito estufa. Logo, discutimos sinergias e trocas, onde falamos sobre agroecologia. Queríamos mostrar como algumas práticas agrícolas e agroecológicas, como a captura de matéria orgânica no solo, consorciação, rotação de culturas, etc., podem contribuir para a mitigação e a adaptação. Então, o nosso objetivo foi mostrar que se colocarmos o foco na agroecologia, podemos ter uma resposta mais integrada [às mudanças climáticas]. Também estabelecemos um vínculo entre as variedades locais/negligenciadas e o conhecimento indígena. Portanto, o nosso foco mais técnico foi o resultado da estrutura do relatório, dos autores e autoras que participaram e do foco de nosso próprio capítulo.

Nos materiais suplementares — mas não no texto principal — oferecemos algumas informações e exemplos de como os movimentos da sociedade civil fazem parte da governança da segurança alimentar a nível global. Mas isso faz parte do processo, foi necessário perder algumas coisas ao longo do caminho. A agroecologia também é mencionada no capítulo 6, sobre sinergias e trocas, e no capítulo 7, sobre políticas.

**A senhora sentiu durante o processo que havia ‘pontos cegos’ ou áreas importantes que estavam fora do seu “escopo” que deveriam ser considerados? Por exemplo, hoje muitos ativistas da terra estão muito preocupados com o aumento da concentração da terra em escala global, mas isso não aparece no capítulo sobre segurança alimentar. Esse recurso foi mencionado nas suas discussões? A senhora acha que isso nos mostra algo sobre o processo?**

Isso é abordado nos capítulos 6 e 7. O capítulo 6 explora 41 opções potenciais de mitigação e adaptação, degradação da terra, desertificação e segurança alimentar. Eles analisaram diferentes sinergias, trocas, e custos associados. Assim, por exemplo, eles mostram que a bioenergia pode ser uma opção para mitigação, mas que projetos em grande escala podem competir por terras e prejudicar a segurança alimentar da população local. Portanto, a bioenergia funciona melhor quando procurada de forma mais local e numa pequena escala, para que seja executada de maneira coerente e integrada.

No capítulo 7, há uma secção específica sobre posse da terra, onde é discutida a apropriação de terras. Ela mostra as diversas visões sobre o tema, mas também como a apropriação de terras pode estar associada a monoculturas e práticas insustentáveis de uso da terra, com consequências negativas para a adaptação, mitigação e segurança alimentar. A posse segura da terra é essencial para apoiar a adaptação. Também escrevemos um artigo suplementar entre capítulos que aborda o género e problemas relacionados com a posse da terra para as mulheres. Mostramos que a vulnerabilidade diferencial delas às mudanças climáticas está relacionada à desigualdade no acesso a recursos com base em direitos, estabelecida por meio de sistemas de posse formais e informais. Devido às estruturas sociais patriarcais arraigadas, as mulheres enfrentam múltiplas barreiras à participação e à tomada de decisões, inclusive em torno da adaptação e mitigação de terras. Portanto, não tenho a certeza da extensão da discussão sobre a concentração de terras, mas a questão da apropriação de terras definitivamente aparece no relatório.

Mas esse não é um relatório de ONG ou da sociedade civil, é um relatório governamental e tem limites. Ainda assim, é importante que esses problemas sejam descritos. O facto de que eles apareceram nesse tipo de documento significa que não podem ser tão facilmente descartados como uma preocupação dos movimentos ativistas ou da sociedade civil. Ele torna impossível negar que essas coisas estão a acontecer. Essas informações coletadas num espaço científico adicionam-se a outras descobertas da sociedade civil e podem ser uma ferramenta valiosa para as comunidades afetadas ao defenderem os seus direitos.

**Sim, pode ser uma fonte muito importante de legitimidade. No capítulo sobre segurança alimentar, a senhora mostra várias maneiras com as quais países e outros atores podem liderar esforços de adaptação ou mitigação para proteger a segurança alimentar diante das mudanças climáticas. Como ativistas, sabemos que executar essas mudanças raramente é tão simples quanto se deseja. Quais são os maiores obstáculos para a adoção das soluções e alternativas que a senhora identificou?**

Existem muitos tipos de obstáculos, incluindo os materiais, mas acho que os obstáculos mais críticos são realmente mentais. Tivemos décadas de políticas, visões e

perspectivas de desenvolvimento. Essa é uma maneira linear de pensar, focada no crescimento. Ela vê a tecnologia como a solução para os nossos problemas e o conhecimento local indígena como “atrasado”.

Precisamos mudar essa narrativa. Existem narrativas alternativas, mas precisamos torná-las mais visíveis, para que elas possam realmente emergir como soluções. É realmente problemático que a narrativa convencional aceita não seja vista como política. Quando se fornece uma narrativa diferente, mesmo baseada em pesquisas, as pessoas dizem: “ah, isso é política”. Mas a outra também é política! Toda narrativa responde a um modelo mental, e toda narrativa constrói um futuro político. Então, toda narrativa é política. Se eu apoiar um futuro baseado no crescimento econômico, se eu apoiar um futuro construído no atual modelo de desenvolvimento, isso é política, mesmo que eu tenha uma base científica. Quando falo sobre soberania alimentar, as pessoas a veem como política, apesar de ser baseada em descobertas científicas. Por que apenas isso é visto como político? Defender o status quo também é política!

Essa é uma grande barreira política e mental. As políticas respondem a um modelo mental, uma visão do caminho que devemos seguir. Portanto, as políticas podem ser um problema, mas precisamos ver de onde essas políticas emergem e mudar isso.

**É justo dizer, então, que parte do papel dos movimentos de soberania alimentar é promover um tipo diferente de narrativa e um novo discurso?**

Sim, totalmente. E também o vejo como uma espécie de horizonte: quando se pensa sobre onde desejamos ir, é importante não perder de vista o objetivo político final. Mas, ao mesmo tempo, precisamos entender que talvez nunca cheguemos até lá, ou pelo menos não durante a nossas gerações. Diálogo, negociação, mudança de opinião das pessoas, é um processo muito lento.

Mas uma mudança importante que tenho testemunhado nos últimos anos é o reconhecimento de que “baseado em evidências” significa o que também precisamos levar à mesa quando não há consenso científico. Isso é muito importante. Na IAAS-TD, essa foi uma das razões pelas quais os atores corporativos, as grandes empresas, se retiraram: eles não viram os seus argumentos a favor dos OGM no relatório. Essa é uma força dos processos e espaços científicos. Se não houver consenso científico sobre um problema, isso por si só é importante. Assim, nesses relatórios internacionais, pudemos incluir todos os discursos diferentes e divergentes sobre tópicos controversos. Isso pode ajudar a abrir discussões sociais e políticas mais amplas sobre que tipos de soluções queremos apoiar.

**Ao pensar em narrativas lineares e progressivistas, muitos ativistas têm preocupações sobre o modo como as estratégias de mitigação e adaptação climática baseadas na terra podem intensificar as pressões sobre a terra. Isso ocorre especialmente quando os usuários tradicionais são enquadrados como usuários atrasados e ineficientes da terra e dos recursos em comparação com outras ‘tecnologias sustentáveis’. Sei que isso é abordado nos capítulos 6 e 7, mas também foi discutido nas suas conversas?**

Essa era uma questão importante, embora não exatamente nesses termos. Uma questão-chave é o conhecimento indígena e local. Há muitos conhecimentos e es-

estratégias específicas de cada local e contexto, como intercultura, rotação de culturas, associação de culturas e trabalho com variedades negligenciadas e subutilizadas, o que pode ser importante para a adaptação e mitigação dos efeitos do clima na terra. Mas quais são as barreiras para colocar essas soluções em prática? A posse da terra passou a ser realmente importante. A falta de respeito aos acordos tradicionais e informais sobre a posse da terra em alguns contextos é crítica. O conhecimento local indígena é frequentemente vinculado a pequenos agricultores, que enfrentam desafios em torno do acesso à terra e da competição por terras.

Isso também é visto no capítulo 6, onde se examina a competição por terras que surge quando algumas estratégias de mitigação, como a bioenergia em grande escala, competem por terras e podem promover a apropriação de terras, e comprometer a segurança alimentar das comunidades. Assim, no relatório, a narrativa começa com a questão: de quais práticas precisamos? Precisamos de todas essas práticas que sequestram o CO<sub>2</sub>, mas também promovem a adaptação e se baseiam no conhecimento local indígena. O problema da posse da terra entra em cena como uma barreira para a implementação dessas soluções, em vez de começar com a posse da terra como um problema em si.

**Como a senhora vê o papel de relatórios como esse e órgãos como o IPCC na contribuição para esses processos e discussões? Onde a senhora vê oportunidades para aprofundar essas questões, em futuros espaços ou processos internacionais?**

Há uma demanda de cientistas pela introdução de mais ciências sociais e questões sociais. As evidências mostram que, ao se concentrar apenas na tecnologia ou na evidência baseada nas ciências naturais, não podemos resolver as nossas crises urgentes. Essa maior abertura para as ciências sociais torna possível levar esses temas à mesa — conhecimento indígena, posse da terra — porque eles fazem parte do debate das ciências sociais, bem como da sociedade civil. Isso está a crescer cada vez mais, mas, ao mesmo tempo, o IPCC é uma grande estrutura, um tipo de máquina, e fazer pequenas alterações leva muito tempo.

Existem outros espaços internacionais, como o IPBES, a plataforma de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, que são mais flexíveis. Eu trabalho com o grupo de cientistas locais indígenas do IPCC, e estamos a pressionar para incluir idosos indígenas como parte do processo do IPCC, para realmente colocar o conhecimento científico e indígena em pé de igualdade, ou pelo menos para abrir um espaço para ele. Espaços como o IPBES abriram mais oportunidades e deram os primeiros passos nessa direção. Também há espaços na ONU, mas no IPCC é muito, muito difícil. Essa é realmente uma questão de justiça epistêmica. Essa estrutura é baseada no conhecimento, portanto deve ser objetiva, e colocar todos os diferentes conhecimentos no mesmo nível.



### EM RESUMO

Processos científicos como o Painel sobre Mudanças Climáticas da ONU ajudam a moldar o consenso global sobre o que é necessário e o que é possível. Eles servem como fonte de informação para o trabalho dos estrategistas políticos em todo o mundo.

No entanto, o processo de criação de conhecimento científico nunca é simples ou politicamente neutro. Conversamos com Marta Guadalupe Rivera Ferre, uma das principais autoras do capítulo sobre segurança alimentar no Relatório do IPCC sobre Mudança Climática e Terra (2019), para entender o processo por trás deste relatório e algumas das fragilidades e possibilidades nas discussões científicas internacionais sobre terra, clima e alimentos.

O Relatório do IPCC sobre Mudança Climática e Terra expôs o estado atual do entendimento científico sobre as muitas complexas relações entre a maneira como a terra é usada globalmente e os impactos no clima global.



### CONCEITOS-CHAVE

- Espaços internacionais como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas tentam reunir o mais alto padrão de conhecimento científico, integrar a visão de cientistas de diferentes áreas e responder às realidades políticas.
- Os cientistas nesses processos trabalham juntos para integrar um vasto conjunto de conhecimentos complexos.
- Os cientistas envolvidos no processo inevitavelmente trazem os seus próprios antecedentes e suposições, inclusive sobre o que é político e o que não é.
- A soberania alimentar, o conhecimento indígena local e a agroecologia desafiam algumas das suposições subjacentes que moldaram o conhecimento científico na história moderna.
- A inclusão de outros tipos de conhecimento, como o conhecimento indígena local e as contribuições das ciências sociais e da sociedade civil pode ajudar a procurar uma visão do uso justo e sustentável da terra.



### PALAVRAS-CHAVE

- Terra
- IPCC
- Soberania alimentar
- Agroecologia
- Mudança climática
- Conhecimento indígena
- Conhecimento científico
- Apropriação de terra
- Género/Acesso à terra com base no género